

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO NA QUALIDADE DO ENSINO E NA INCLUSÃO SOCIAL

Wislandey de Almeida Santos

Mestre e Doutorando em Ciências da Educação pela ULSHP - Faculté Libre Des Sciences De L'homme De Paris (França) (2023-atual); Pós-Graduando em Educação Musical e Ensino de Artes pela Acesita (2023); Graduado em Música Licenciatura pela UEMA - Universidade Estadual do Maranhão (2022); Especialista em Aprendizagem e Autoria na Educação Infantil e Ensino Fundamental pela UEMA (2014); Graduado em Pedagogia Licenciatura (2012).

<http://lattes.cnpq.br/0986185076210711>

<https://orcid.org/0009-0003-0151-3094>

E-mail: guitarwis2@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1-15>

RESUMO: Este artigo aborda a relevância da Educação Histórica na evolução do ensino e na inclusão social no Brasil, destacando como práticas educacionais históricas influenciaram a atualidade. O estudo analisa o percurso da educação no Brasil, desde suas origens com os jesuítas, até os avanços recentes em infraestrutura e formação docente. Além disso, enfatiza a importância de reconhecer e valorizar as diversas trajetórias e experiências dos alunos, promovendo uma educação mais inclusiva e diversificada. Por outro lado, discute a necessidade de uma abordagem crítica da história educacional para desenvolver uma consciência social mais justa e igualitária, refletindo sobre as disparidades e injustiças do passado e presente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Histórica. Inclusão Social. Educação Brasileira.

HISTORICAL EDUCATION: PERSPECTIVES FOR EVOLUTION IN THE QUALITY OF TEACHING TEACHING AND SOCIAL INCLUSION

ABSTRACT: This article addresses the relevance of Historical Education in the evolution of teaching and social inclusion in Brazil, highlighting how historical educational practices have influenced today. The study analyzes the path of education in Brazil, from its origins with the Jesuits, to recent advances in infrastructure and teacher training. It emphasizes the importance of recognizing and valuing the diverse trajectories and experiences of students, promoting a more inclusive and diverse education. Furthermore, it discusses the need for a critical approach to educational history to develop a more just and egalitarian social consciousness, reflecting on past and present disparities and injustices.

KEYWORDS: Historical Education. Social inclusion. Brazilian Education.

INTRODUÇÃO

A Educação Histórica é uma área ou campo de estudo que cada vez mais tem despertado a atenção de educadores, já que este tema possibilita na compreensão de como se desenvolvem as práticas educativas no decorrer de décadas e séculos, e, como essas

práticas sugestionaram e influenciam tanto a sociedade quanto a cultura. Por conseguinte, a história da educação possui o potencial de proporcionar melhores condições no que diz respeito à qualidade do ensino e para a inclusão social, pois permite analisar as desigualdades, formas de preconceitos, injustiças sociais socialmente e historicamente construídas e que ainda, infelizmente, caracteriza realidade no seio do sistema educacional. Neste aspecto a problemática norteadora desta pesquisa questiona sobre qual o cenário atual da educação brasileira, em relação à qualidade do ensino, levando em consideração os aspectos históricos e os avanços como a inclusão social escolar?

Diante dessa perspectiva, este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar como os aspectos históricos influenciaram as mudanças significativas na educação brasileira, ao longo do tempo, assim como analisar o processo de escolarização da população brasileira, investigar os aspectos históricos, esclarecer o leitor sobre a possibilidade de fazer da sala de aula comum, um espaço de todos os alunos, sem exceções. Para isso, serão recorridos como referenciais teóricos as abordagens sobre a Educação Histórica numa perspectiva de evolução na qualidade do ensino e na inclusão social.

O texto presente analisará como a educação brasileira se desenvolveu ao longo dos anos, levando em conta estudos referentes aos aspectos históricos da educação. Entretanto, ao investigamos as questões históricas da educação brasileira, percebemos que o sistema educacional do Brasil teve seu início no século XVI com a chegada dos padres jesuítas, onde eles utilizavam a catequese como método de ensino. A educação brasileira em contexto histórico era muito precária, hoje apresenta avanços significativos como maiores qualidades na infraestrutura física, na formação de professores e no material didático

EDUCAÇÃO HISTÓRICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA

Sabe-se que a Educação Histórica do ponto de vista pedagógico tem o intuito de contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes, tornando compreensível os acontecimentos importantes que marcaram o passado, assim como suas

ligações com os dias atuais. Neste sentido, percebe-se uma preocupação histórica em criar um discurso, que conduza à promoção e à reflexão crítica sobre as desigualdades e injustiças sociais construídas ao longo do tempo.

Em termo gerais, a relação entre Educação Histórica e a Inclusão Social estão intrinsecamente ligadas aos conceitos mais abrangentes no que se refere ao progresso histórico da qualidade escolar. Sobre está tônica, Ledesma (2010, p. 15) comenta:

O primeiro século de colonização do Brasil foi a “preparação de terreno” para o que viria a se configurar como educação durante todo o período colonial que, gradativamente, foi se tornando um modelo educacional elitista e baseado na desigualdade, em que uma parcela de brancos frequentava os colégios e podia ir completar os seus estudos no Reino.

Neste aspecto, percebe-se que a grande instituição detentora dos monopólios da educação – a igreja católica, controlava todas as ações no campo da educação. Assim, iniciou-se a construção de uma sociedade elitista, reduzida a uma parcela “privilegiada” da sociedade da época, que tinham direito a uma educação totalmente excludente do ponto de vista social. Neste contexto, a história da Educação se encarregou de tornar conhecida a realidade da época, frente às questões de exclusão social, com trajetórias e experiências negativas quando o assunto é qualidade e democracia do ensino.

Nos séculos atrás, as pessoas que possuíam problemas de ordem física (deficientes) eram percebidas pela sociedade como indivíduos sem prerrogativas de qualquer direito em detrimento dos considerados seres humanos normais. Este olhar cruel e carregado de preconceito foi criado por uma cultura determinista que estabelecia paradigmas desumano, chegando a crer que os indivíduos deficientes poderiam estar naquela situação por que um intermédio de um ser divino ou algo do tipo (SOUZA, 2020).

No âmbito nacional, o processo de escolarização da população brasileira adquiriu vários significados ao longo da história, resultando em diversas políticas educacionais. Um desses resultados foi o avanço da inclusão social escolar, onde as unidades escolares foram obrigadas a oferecer um sistema educacional inclusivo. “O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença” (MANTOAN, 2003, p. 19). Por outro lado, a Educação Histórica pode ser

utilizada para valorizar e reconhecer as diferentes trajetórias e experiências dos alunos, o que pode promover uma educação 5 mais inclusiva e que considere a diversidade cultural e social.

Outra abordagem importante sobre a história da educação, é que ela pode possibilitar ao educador uma visão mais ampla e mais crítica do fenômeno educacional, pois permite que os problemas educativos sejam abordados de modo a tornar mais transparente a distância entre o desenvolvimento da sociedade e o desenvolvimento da classe social dominante. Em síntese, é válida a ideia de que todos os indivíduos têm direito à educação, aliás, esta é uma prerrogativa expressa em nossa legislação brasileira – Constituição Federal de 1988:

Art. 1º - a Educação, direito de todos e dever do Estado [...] Art. 3º, parágrafo único - O acesso de todos os brasileiros à Educação fundamental gratuita é um direito público subjetivo, acionável contra o Estado mediante mandado de injunção (BRASIL, 1988).

Nesta perspectiva, é importante frisar que o fato de ter direito a essa mesma educação de qualidade já é por si só um grande desafio, mas, indo para além destes termos, o que podemos chamar de desafio é ter direito a uma educação inclusiva de qualidade, na qual abrange todos os indivíduos de uma mesma sociedade, independentemente de suas necessidades especiais ou não.

Outro detalhe importante é a insatisfação do cidadão com a educação no Brasil. Segundo alguns especialistas, esse dado cresceu nos últimos quatro anos, em grande parte, isso se deve a dificuldades de conexão a acerca da Educação Inclusiva. Pesquisadores e ativistas da inclusão, há tempos buscam um meio de tornar as escolas acessíveis para todos, com profissionais capacitados e dispostos a garantir o direito ao ensino de qualidade e à permanência dos alunos com deficiência, de modo que nenhuma condição, seja ela física ou mental, impeça as crianças e jovens de partilharem os mesmos ambientes e desfrutarem do acesso à educação.

Dos Santos (2013) analisa alguns avanços da Educação brasileira. Segundo ele, é o estabelecimento de uma legislação eficiente e sua aplicação que os rumos da educação de um país começam a ser transformados a LDB – lei de diretrizes e bases da Educação foi um exemplo disso.

Trata-se da configuração de uma política de Estado que assegure recursos financeiros para a realização das políticas e propostas para à infância no Brasil. Trata-se de uma nova política, construída e orientada por estudos e pesquisas que tenham como base o paradigma do pensamento, ou seja, que não tenha como pano de fundo as estratégias da racionalidade técnica, antes, porém que tenha como parâmetro as especificidades e organicidades dessa etapa educativa. Que seja, por fim, uma política de Estado, e não uma política setorial, fragmentada, mas articule-se com outras políticas públicas (DOS SANTOS, 2013, p. 12).

É nesse sentido que se passa a observar a educação de hoje como uma filosofia capaz de promover e de oferecer alternativas, para que as pessoas que estejam totais ou parcialmente excluídas do sistema de ensino possam ter oportunidades de reintegrar-se, através da participação, bem como a luta pelos direitos sociais, da inclusão e o resgate da cidadania.

Portanto, A escola deve incluir desde o autista, o cadeirante, o surdo e o mudo, e em conjunto com os gestores de cada escola e cada município se adequarem as condições de cada aluno revendo assim, o que precisa ser modificado, substituído para que cada aluno possa aprender de forma igualitária, não deixando que nenhum aluno se sinta rejeitado ou excluído.

O IMPACTO DA AUSÊNCIA DA HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

Para compreender o presente, é fundamental interessante conhecer o passado de uma sociedade, pois quando o assunto é cultura histórica, preservação da memória coletiva e aspectos relacionados à identidade cultural, pressupõe, sobretudo, debates e compreensão dos acontecimentos históricos. Por esta perspectiva, a história como ciência possui o objetivo essencial de formar nos indivíduos, uma consciência com viés crítico, que seja capaz de valorizar às diversificações culturais.

A partir deste tipo de entendimento, o presente trabalho de pesquisa tem como pressupostos analisar o impacto da ausência da história na construção da identidade cultural e na perda da memória coletiva da sociedade. Deste modo, serão investigadas as causas da ausência da história, as consequências desse fenômeno na formação dos

indivíduos e na sociedade em geral, além de propor alternativas para a evolução da educação histórica e para a valorização da história como disciplina em tempos de vulneráveis e críticos.

O meio utilizado para se alcançar objetivos foram métodos de pesquisa bibliográfica e exploratória – analisando os dados secundários, buscou-se encontrar as causas, os princípios e as consequências da ausência da história. Em seguida, foram propostas estratégias pedagógicas com vista a promover uma educação histórica – na forma de disciplina curricular – de modo a se alcançar a valorização necessária. Consequentemente, objetivamos que este estudo possibilite contribuições para a realidade dos desafios enfrentados pela história, na imensidão da sociedade atual, e que possamos juntos construir pensamentos que vislumbrem a consciência histórica sem perder a criticidade e, claro, a contextualidade.

Esta discussão objetiva compreender sobre os conceitos teóricos que possuem relação com o tema Ausência da História da Construção da Identidade Cultural assim como e na Perda da Memória Coletiva da Sociedade. Neste aspecto, apresentaremos os pontos principais das teorias relacionadas ao tema e faremos algumas análises importantes para compreensão do mesmo.

A ciência histórica possui uma missão essencial no tocante à formação das características que identificam o tipo de cultura, as tradições e memórias coletivas de uma sociedade. Porém, ocorre um problema neste processo, que é a ausência da própria história no que diz respeito ao sistema educacional na sociedade do presente século, o que incorre em verdadeiros desafios quanto à preservação da memória coletiva e sobretudo quanto aos fatores construtivos culturais. Nesta perspectiva, algumas pesquisas têm sido realizadas na tentativa de averiguar quais os fatores e consequências relacionados a ausência da história na sociedade atual.

De acordo com Konder (1997), foca em um olhar que contempla a ausência da história no processo educativo como condutor de uma formação fragilizada de pessoas, o que produz impactos na elaboração do pensamento crítico de fenômenos e marcos históricos, sem desconsiderar os elementos contributivos e colaboradores que ajudam na consciência histórica. O contexto no qual o autor se refere faz menção ao ato de produzir

uma educação histórica fundamentada na construção de uma sociedade com pensamentos mais elaborados do ponto de vista crítico e consciente da história vivida.

Uma questão importante a ser discutida, refere-se aos procedimentos analíticos quanto ao desenvolvimento da história e suas características tradicionais e culturais. Isso gera alguns problemas como a possibilidade de colocar um ponto final na continuidade cultural de grupos sociais. A partir deste entendimento, Delgado (2006) menciona uma alternativa de ordem emergente que é a presença da história dentro do sistema educativo, da sociedade contemporânea como consequência e meio eficiente, a fim de servir como base para a diminuição das perdas comuns e grupais da memória, dos elementos identitários e culturais.

Por outro lado, Gomes (2013) levando uma discussão as características espirituais internalizadas de um determinado grupo social:

De acordo com a acepção corriqueira, Alma dos Povos ou Espírito do Povo, seria aquela característica espiritual inata de um povo que lhe daria forma, propriedades, temperamento, e, além disso, determinaria suas aptidões, sua arte, sua ciência, sua indústria, sua forma de vida e sua sociedade. O conceito de Espírito Nacional é geralmente atribuído por filósofos e historiadores das ideias a Montesquieu, mas já pode ser encontrado no Século XVIII em inúmeros textos (GOMES, 2013, p.59).

A questão discutida acima, promove conceitos interessantes, mesmo que de forma empírica, ainda assim, torna-se relevante para se compreender como se configura o modo de vivência dos grupos sociais. Segundo o autor acima, o “espírito inatista” é o responsável por construir os modos e a tipicidade das pessoas de um lugar, e neste sentido, estabelece o formato cultural.

O fato da história não está presente em muitos ambientes da sociedade, constitui um aspecto negativo no sentido de promover falácias, com argumentos mal elaborados, objetivando enfraquecer o legado cultural produzido pelas experiências de uma vida social. A este respeito, Chartier (2022) afirma que a história não deve ser concebida como “conhecimento neutro”, pois ela tem o potencial de implementar processos de aculturação - capaz de criar cenários que vão de encontro às necessidades das pessoas de uma região ou lugar.

Por outra concepção a este respeito, Farai Filho (2013), promove uma relevante discussão a respeito da visão educativa sobre o cuidado com os patrimônios, pois eles são tipos de instrumentos colaborativos e que ajudam a preservar a memória coletiva e a diversificação da cultura. Nesta abordagem, o autor entende que o sucesso, o prolongamento e a evolução de uma cultura dependem, sobretudo, da implantação de uma educação que seja capaz de formar mentalidades cujo comportamentos dos indivíduos promovam a preservação das riquezas culturais, da identidade e da criatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os fatos apresentados, sustenta-se que a decadência, a falta e a ausência da história nos procedimentos educacionais e na sociedade atual, de modo geral, são evidências desafiadoras quando o assunto é “preservação da memória coletiva” e dos fatores que corroboram para se construir as identidades baseadas nos aspectos culturais. Assim, para que ocorra a construção de uma sociedade, é imprescindível que aconteça um tipo de educação com base na história, na tentativa de valorizar os aspectos históricos, as tradições regionais, além de promover consciência crítica de sua história.

Por conseguinte, promover a educação histórica e conseqüentemente a sua valorização, suas tradições culturais, regionais e locais é relevantemente positivo, no sentido de se construir uma sociedade com virtudes críticas e total consciência da sua própria história. Portanto, surge a necessidade de um povo, independentemente da localização geográfica, passar por um processo de educação, com o objetivo de defender a sua própria memória, do ponto de vista coletivo, desencadeando a valorização e contribuição das questões voltadas para cultura e suas diversidades.

Deste modo, faz-se necessário a implantação de políticas públicas, realizadas pelos setores responsáveis pela pasta da educação e da cultura, como instituição, criando projetos com o intuito de fomentar uma educação histórica e valorizada do ponto de vista tradicional e cultural regional. Ações como estas, podem permitir comportamentos positivos das pessoas que compõem uma sociedade, agindo, inclusive, de forma mais tolerante e diversificada.

Por fim, como pesquisador, é importante que ele tenha uma projeção continuada investigativa a respeito do tema - ausência da história na construção da identidade cultural

e na perda da memória coletiva da sociedade, aprofundando sobre novas abordagens teóricas e práticas. Deste modo, poderá contribuir para o desenvolvimento de uma educação histórica valorizada, continuada e consciente, em contraposição à decadência da história e suas relevantes colaborações para a construção do conhecimento em sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001. AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 2020.

CHARTIER, R. (2002). **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DELGADO, LM (2006). **Educação patrimonial e a construção da memória coletiva**. Caderno Cedes, 26(70), 131-146.

DOS SANTOS, Joedson Brito. **Avanços e Desafios da educação brasileira na atualidade: uma reflexão a partir das contribuições de Hannoun e a educação infantil como uma aposta enactante**. 2013.

FARIA FILHO, LM (2013). **Patrimônio e Educação Patrimonial: concepções, usos e desafios**. Revista Brasileira de Educação, 18(52), 237-256.

GOMES, Augusto Patrini Menna Barreto. **O conceito de História em Oswald Spengler**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HORTA, José Silvério Baia. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar**. Cadernos de Pesquisa, n. 104, p. 5-34, 1998.

KONDER, L. (1997). **O ensino da História e a formação do cidadão**. In: Grinberg, K. (org.) Ensinando a história no século XXI. São Paulo: Cortez.

LEDESMA, Maria Rita Kaminski. **Evolução histórica da educação brasileira: 1549-2010**. 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: o que é. Por quê**, v. 12, 2003.

SOUZA, Gustavo Henrique Conceição. **Inclusão escolar: avanços e contradições no acesso e garantia de uma educação inclusiva de qualidade**. Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, v. 3, n. 3, 2020.

Submissão: agosto de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: janeiro de 2024.